



TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA SOLICITANTE:
Secretaria Municipal de Saúde

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TR: Alexandre João Schiavo
SOLICITAÇÕES DE DESPESAS Nº: 2832/2024

RECURSO: PRÓPRIO

1. OBJETO

1.1. O presente termo de referencia tem por objeto o Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na realização de consultas e laudos com finalidade diagnóstica, de forma complementar aos serviços oferecidos no município de Campo Novo do Parecis / MT.

2. DEFINIÇÃO O OBJETO

2.1 O presente credenciamento se enquadra como prestação de serviços, não emergencial, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com as disposições da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal 056/23.

2.2 DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR:

Nº ITEM	ITEM	DESCRIÇÃO	UND MED	QTD	VALOR	TOTAL
1	51527	CONSULTA CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA	un - unidade	480	212,81	102.148,80
2	51438	CONSULTA EM CARDIOLOGIA - ADULTO E INFANTIL	un - unidade	600	303,57	182.142,00
3	51448	CONSULTA EM CIRURGIA GERAL - ADULTO E INFANTIL	un - unidade	1800	270	486.000,00
4	51443	CONSULTA EM DERMATOLOGIA - ADULTO E INFANTIL	un - unidade	480	248,8	119.424,00
5	51445	CONSULTA ENDOCRINOLOGISTA ADULTO E INFANTIL	un - unidade	360	333,66	120.117,60



6	51447	CONSULTA EM GINECOLOGIA/OBSTETRICIA	un - unidade	1920	272,51	523.219,20
7	51440	CONSULTA EM NEUROLOGIA - ADULTO E INFANTIL	un - unidade	960	337,17	323.683,20
8	51449	CONSULTA EM ORTOPEDIA GERAL - ADULTO E INFANTIL	un - unidade	1800	257,19	462.942,00
9	51446	CONSULTA EM PEDIATRIA	un - unidade	384	328,87	126.286,08
10	51444	CONSULTA EM PSIQUIATRIA - ADULTO E INFANTIL	un - unidade	360	276,63	99.586,80
11	51450	SERVIÇO DE EXAME DO TIPO EMISSÃO E INTERPRETAÇÃO DE LAUDO DE MAMOGRAFIA	un - unidade	1200	37,67	45.204,00
					TOTAL	2.590.753,68

2.3 PRAZO DA CONTRATAÇÃO:

2.3.1 O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, em conformidade com as disposições da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal 056/23.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Atualmente o município possui uma demanda reprimida (fila) referente aos itens propostos, a intenção do credenciamento é viabilizar o acesso da população aos serviços especializados.

3.2 Os serviços fazem-se necessários para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde em consultas e emissão de laudos especializados com finalidade diagnostica. Os profissionais atenderão os munícipes de Campo Novo do Parecis de acordo com as necessidades, afim de garantir o atendimento integral conforme prevê a LEI Nº 8080/1990.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1 Ao realizar o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas em consultas e laudos diagnósticos, a Secretaria Municipal de Saúde de Campo Novo do Parecis/MT busca melhorar o acesso da população aos serviços de saúde especializados, de maneira complementar aos serviços já oferecidos pelo município. O objetivo principal é reduzir filas de espera, garantir diagnósticos mais rápidos e precisos, e facilitar o acesso a especialistas, possibilitando que os pacientes possam realizar exames e receber os resultados com maior agilidade.



4.2 Esse tipo de credenciamento contribui para ampliar a rede de atendimento, garantir maior cobertura de saúde e descentralizar o acesso, atendendo melhor às demandas locais e fortalecendo o sistema de saúde municipal.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. São obrigações da Administração Pública:

- a)** Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- b)** Emitir ordem de serviço estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
- c)** Receber o objeto adjudicado nos termos, prazos e condições estabelecidas no Contrato;
- d)** Disponibilizar informações necessárias à execução do presente instrumento;
- e)** Efetuar a autorização, em formulário próprio padronizado (reconhecido pelo Contratante e Contratado), para atendimento dos pacientes mediante carimbo e assinatura de funcionário do Contratante responsável;
- f)** Nenhuma outra remuneração será devida ao Contratado, a qualquer título ou natureza, decorrentes de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relativos ao cumprimento das obrigações estabelecidas no presente instrumento. Fica convencionado que não há relação de emprego entre o Contratante e o Contratado, estando este Contrato disciplinado pelos artigos 593 e seguintes do Código Civil;
- g)** Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- h)** Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- i)** Não haverá em hipótese alguma pagamento antecipado;
- j)** Fiscalizar a execução dos serviços;
- k)** Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- l)** Notificar a contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

5.2. São obrigações do fornecedor contratado:

- a)** Cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b)** As empresas credenciadas deverão fornecer a prestação de serviços de realização dos exames especializados, constante neste instrumento, aos preços da tabela anexa a este, para atendimento dos pacientes, conforme autorização prévia;
- c)** Fornecer o material necessário para a coleta e o transporte dos exames credenciados;



- d)** Assumir quaisquer danos causados diretamente à CONTRATANTE, ou a terceiros, quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da execução dos serviços, ou causados por seus representantes ou prepostos;
- e)** Para executar os serviços, a contratada deverá disponibilizar pessoal com nível adequado de qualificação e habilitação profissional;
- f)** A contratada será responsável pelos serviços prestados, isentando integralmente o MUNICÍPIO de qualquer ato falho que possa lesar o paciente.
- g)** A contratada deverá arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, seguros, fretes, decorrentes da prestação dos serviços, sem qualquer ônus para o Município;
- h)** O prestador dos serviços deverá, juntamente com a Nota Fiscal, apresentar documento comprobatório do serviço realizado, mensurando o período da referida prestação de serviço, acompanhada de cópia da autorização de fornecimento, certidão estadual, federal e municipal, trabalhista e de regularidade de FGTS, obedecendo rigorosamente conforme exigido;
- i)** Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
- j)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- k)** Reparar, corrigir, refazer, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 05 (cinco) dias qualquer irregularidade detectada na prestação do serviço;
- l)** Comunicar à Administração Pública Municipal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- m)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- n)** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
- o)** Manter as mesmas condições de habilitação constantes no presente instrumento;
- p)** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- q)** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, conforme as disposições preconizadas na Lei nº 13.709/18 - Lei geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

5.3. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:



- a) O CONTRATADO ficará obrigado a iniciar a prestação dos serviços após Ordem de Serviço do Gestor em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
- b) Os serviços deverão ser executados no Município de Campo Novo do Parecis;**
- c) A unidade prestadora do serviço deverá fornecer todo material descartável e ou equipamentos necessários para a realização do serviço.
- d) Os exames executados para o município deverão ser apresentados através de relatórios mensais para o Departamento de Controle e Avaliação;
- e) Para executar os serviços, a contratada deverá disponibilizar pessoal com nível adequado de qualificação e habilitação profissional;
- f) Os serviços deverão ser executados de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e regulados/autorizados pela Central Municipal de Regulação conforme formulário próprio, devendo este ser executado na data autorizada, não cabendo reagendamento sem prévia autorização do Setor competente;
- g) Os exames deverão ser realizados por profissional especializado habilitado;
- h) A CONTRATADA deverá manter-se habilitada junto aos respectivos órgãos de fiscalização da sua categoria, sob pena de rescisão contratual;
- i) Os exames deverão ser entregues individualizados e lacrados no local da realização em até, no máximo, 07 (sete) dias úteis após o recebimento das imagens dos exames, ficando a contratada responsável pela entrega no município e a Secretaria se responsabilizará para posterior entrega aos pacientes;
- j) No caso de exames com tempo estimado de liberação de laudo superior ao estabelecido no item acima, fica o prestador responsável em apresentar planilha com prazos exeqüíveis de execução, para conhecimento e aprovação do gestor e posterior pactuação no Conselho Municipal de Saúde;
- k) O CONTRATADO responderá pelos serviços prestados, isentando integralmente o MUNICÍPIO de todo e qualquer ato falho em que o paciente se sentir lesado;
- l) Os relatórios mensais obrigatórios deverão ser entregues mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente, com período compreendido do 1º ao último dia útil do mês da realização, para conferência e posterior confirmação da emissão da Nota Fiscal;
- m) O CONTRATADO deverá fornecer relação nominal (sem abreviação), com data de nascimento, data da consulta/exame, descrição por extenso do procedimento/consulta realizado para cada paciente no mês de referência, Cartão Nacional de Saúde e nome do Profissional Executor devidamente assinado e carimbado.

5.4 Qualificação Técnico-Operacional

- a) Atestado de aptidão da licitante para a execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação em características, quantidades e prazo que permitam o ajuizamento da capacidade de atendimento, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- b) Alvará Sanitário, fornecido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;



- c) Registro e Classificação do Serviço no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES; e
- d) Relação detalhada e declaração formal de disponibilidade dos equipamentos e pessoal técnico especializado, e cadastrados no CNES.

5.5 Capacidade Técnico-Profissional

- a) Diploma de ensino superior de cada profissional incumbido pela prestação dos serviços pela empresa, e comprovante de registro ativo no respectivo Conselho de classe;
- b) Para fins de cadastramento dos profissionais alocados pela empresa contratada será exigida documentação específica que comprove habilitação para o exercício da especialidade objeto do contrato, a saber:
 - b.1) Médicos Especialistas que deverão comprovar formação ou especialidade por meio de prova de título ou residência na área específica, por instituição credenciada pelo MEC, concomitante ao Registro de Qualificação de Especialista (RQE), junto ao Conselho Regional de Medicina;
 - b.2) Carga-horária disponível para cadastramento no CNES, respeitando as legislações vigentes, para todos os profissionais.
 - b.3) A empresa deverá comprovar seu quadro funcional por meio de contrato de prestação de serviços, assinatura de carteira profissional ou termo de compromisso em contratar os referidos profissionais, quando da assinatura do contrato.

6. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 6.1 Com o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas em consultas e laudos diagnósticos, o município de Campo Novo do Parecis/MT, por meio da Secretaria Municipal de Saúde pretende alcançar os seguintes resultados:
- 6.2 **Redução do tempo de espera:** Diminuir as filas e o tempo de espera para consultas e exames, oferecendo atendimento mais rápido e acessível para a população.
- 6.3 **Melhoria da qualidade dos diagnósticos:** Com profissionais e equipamentos especializados, o município espera obter diagnósticos mais precisos e completos, contribuindo para tratamentos mais eficazes.
- 6.4 **Ampliar a cobertura de atendimento:** Complementar os serviços de saúde existentes, aumentando a quantidade de atendimentos e garantindo que mais pessoas tenham acesso aos serviços necessários.
- 6.5 **Eficiência no uso dos recursos públicos:** amplia o uso dos recursos ao contratar serviços específicos, evitando gastos com aquisição e manutenção de equipamentos de alta complexidade e contratação de novos profissionais para cada especialidade.
- 6.6 **Fortalecimento da rede municipal de saúde:** Integrar as unidades de saúde municipais e os mencionados credenciados para criar um sistema de saúde mais eficiente e abrangente, capaz de atender melhor as necessidades de saúde da população.



Esses resultados visam promover um sistema de saúde mais acessível, ágil e resolutivo, melhorando a qualidade de vida e o bem-estar da população local.

7. MODELO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 O contrato será acompanhado por um gestor de contratos cujas atribuições são relativos aos aspectos administrativos contratuais, como: instruir o processo do contrato com toda a documentação relativa à execução e fiscalização do contrato, acompanhar a manutenção das condições habilitatórias, conferir a importância a ser paga, notificar sobre as irregularidades encontradas, adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanção administrativa, promover a gestão documental, etc, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

7.3 O contrato será fiscalizado por um fiscal cujas atribuições são relativas à execução do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

7.4 Após a assinatura do contrato será elaborado o plano de fiscalização do contrato que terá como referência o Termo de Referência, Edital e instrumento contratual e constará as estratégias de execução e fiscalização do contrato, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

7.5 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

- a)** os resultados alcançados em relação ao contrato, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b)** A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- c)** A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- d)** O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- e)** A satisfação do público usuário, quando cabível.

7.5.1 O fiscal do contrato deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que a contratada:

- a)** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b)** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5.2 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, deve ser instaurado processo administrativo punitivo para apuração das infrações e, se for o caso, aplicação de sanções, conforme regulamento específico.



7.5.3 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

7.6 O produto/serviço será recebido provisoriamente em 05 (cinco) dias, e para tanto deverá observar se o serviço está condizente com a fatura, com as informações necessárias, como previsto em contrato ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o exame está sendo entregue em perfeitas condições e dentro dos parâmetros exigidos.

7.7 O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser refeitos no prazo de 05 (cinco), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 O Gestor e o Fiscal indicado para o presente contrato será designado por portaria.

7.11 As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico da contratada, devendo a contratada informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento ocorrerá dentro de 30 (trinta) dias, após a prestação do serviço, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, de acordo com a ordem cronológica de pagamento a fornecedores, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Para seleção de fornecedores será realizado processo da seguinte forma:

- a) Chamamento Público
- b) Credenciamento

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



10.1 As despesas decorrentes deste processo correrão por conta das dotações orçamentárias previstas para os órgãos e entidades.

11. APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

11.1. No presente edital consta a previsão para regularização tardia da documentação fiscal para MEI / ME / EPP? (art. 43, 1º da LC nº 123/06)

() Sim (X) Não

Não se aplica contas exclusivas para MEI / ME / EPP em face ao art. 49, III da Lei Complementar nº 123/2006, pois não se torna vantajoso para Administração.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

11.2. Está Assegurado o critério de desempate (empate ficto) para MEI / ME / EPP? (art. 44 da LC nº 123/06)

() Sim (X) Não

Não se aplica contas exclusivas para MEI / ME / EPP em face ao art. 49, III da Lei Complementar nº 123/2006, pois não se torna vantajoso para Administração.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

11.3. Há cotas exclusivas para MEI / ME / EPP em item de contratação de até R\$ 80.000,00? (art. 48, I da LC nº 123/06)

() Sim (X) Não

Não se aplica cotas exclusivas para MEI / ME / EPP em face ao art. 49, III da Lei Complementar nº 123/2006, pois não se torna vantajoso para Administração.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso



**CAMPO NOVO
DO PARECIS**
PREFEITURA

Av. Mato Grosso, 66-NE
Centro, CEP 78.360-000
Fone (65) 3382-5100
CNPJ 24.772.287/0001-36

para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

11.4. Há previsão de subcontratação de até 25% para MEI / ME / EPP? (art. 48, II da LC nº 123/06)

() Sim (X) Não

Não se aplica contas exclusivas para MEI / ME / EPP em face ao art. 49, III da Lei Complementar nº 123/2006, pois não se torna vantajoso para Administração.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

11.5. Há previsão da prioridade de contratação para MEI / ME / EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (art. 48, §3º, da LC nº 123/06)

() Sim (X) Não

Não se aplica contas exclusivas para MEI / ME / EPP em face ao art. 49, III da Lei Complementar nº 123/2006, pois não se torna vantajoso para Administração.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

Campo Novo do Parecis/MT, 06 de novembro de 2024.

Leandro Nery Varaschin
Agente de Contratação

Sumaia Clotilde Ribeiro Victor
Secretária Municipal de Saúde



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 753B-BB9C-E737-6093

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SUMAIA RIBEIRO (CPF 715.XXX.XXX-91) em 13/11/2024 08:56:09 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LEANDRO NERY VARASCHIN (CPF 948.XXX.XXX-15) em 14/11/2024 07:30:19 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/753B-BB9C-E737-6093>